



A DINÂMICA DE CONFLITOS E MOBILIZAÇÕES SOCIAIS

MASSACRE DE ELDORADO DOS CARAJÁS: MEMÓRIA DE SANGUE

VINICIUS DA SILVA MACHADO¹
JANE FELIPE BELTRÃO²

LAMENTO OLVIDADO

As pedras simbolizam o eterno, certo? Elas são testemunhas da história. A tinta vermelha representa o sangue que foi derramado. Esses nomes que estão aqui, os 19 mortos. Teve gente que sofreu, mas não morreu na hora, morreu depois, ele não está com o nome aqui. Para a justiça esse morreu de atrevido. Morreu de saliente. Uma morte clandestina para eles. Não existe. Como falam no nosso teatro, o juiz achou que essas mortes foram ilegais. Não é que o crime seja ilegal, foram as mortes. São os 19 e as pedras são as testemunhas, como as estrelas do céu, aqui no S, foram as testemunhas do sangue derramado nessa pista. Só as estrelas são testemunhas, já que a justiça deu as costas. Mas, nós que estávamos aqui, vimos e vivemos, sabemos disso (Laurindo 2018).³

1 Doutorando em Direito pela (UFPA), Mestre em Antropologia (UFPA), e Bacharel em Direito (UFPA). Membro da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Membro do grupo de pesquisa Cidade Aldeia e Patrimônio na Amazônia. E-mail: vinicius_s.m@hotmail.com.

2 Antropóloga, historiadora, professora titular, docente permanente dos programas de pós-graduação em Antropologia (PPGA) e Direito (PPGD) da Universidade Federal do Pará (UFPA) e docente colaboradora do Programa de Antropologia Social (PPGAS) da Universidade de Mato Grosso do Sul (UFMS). Bolsista de produtividade em pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) nível 1B. E-mail: janelbeltrao@gmail.com.

3 Militante do MST, maranhense, camponês, vítima do Massacre de Eldorado dos Carajás. Utiliza-se os nomes pelos quais interlocutores são conhecidos dentro do Movimento de Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Terra (MST). Alguns se identificaram e são identificados pelo prenome, outros a partir do sobrenome e alguns pelos apelidos, tal qual são conhecidos dentro do MST.

O sangue permanece na memória e não permite esquecer o sofrimento infligindo as mais de 200 famílias de camponeses no Sudeste do Pará. Viti-madas em 17 de abril de 1996, abril que após esse episódio, ficou marcado para o mundo como Abril Vermelho, manchado pelo sangue de quem reivindicava a garantia de seus direitos. Quando Laurindo se refere ao evento, ele descreve a injustiça em relação aos que perderam suas vidas e ao monumento erguido na Curva do “S” (km 96 da rodovia PA-150) que comporta 19 pedras representando os camponeses que se foram. Pedras que todos os anos, no dia 17 de abril, as/os⁴ companheiras/os tingem de vermelho para recordar o martírio.⁵ O movimento é feito há 24 anos, em 2020 foi suspenso por conta da COVID-19. As duas pessoas que não estão assinaladas como pedras, morreram no hospital e, para Justiça, elas não possuem o mesmo status dos demais. Fato que é incompreensível para os camponeses.

Segundo Lacerda e Beltrão,

[o] Massacre de Eldorado dos Carajás, foi uma das muitas tragédias anunciadas cujos antecedentes estão relacionados à luta dos trabalhadores sem-terra pela desapropriação da Fazenda Rio Branco, no município de Parauapebas, ainda nos anos 1990 (cujos títulos só foram distribuídos em 5 de novembro de 1995) e pela desapropriação da Fazenda Macaxeira, em Eldorado dos Carajás, que só foi declarada latifúndio improdutivo em 8 de março de 1996. A demora nos processos de desapropriação provocou a Marcha por Justiça, Terra e Trabalho em direção ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), partindo de Marabá, no dia 10 de abril de 1996, em busca de solução. A Marcha integrada por trabalhadores sem-terra foi fatalmente interrompida na “Curva do S”. (2014: 237)

4 Adota-se as duas flexões da Língua portuguesa: masculino e feminino para ambientar olhos e ouvidos as novas formas de tratamento que as mulheres exigem para si. E, ainda, em respeito às mulheres sobreviventes e esquecidas, algumas das quais não se conhece o destino. Não se sabe se morreram, sobreviveram ou esparramaram em outras lutas.

5 Para alcançar as imagens descritas, pelo senhor Laurindo, acessar: Beltrão, Jane Felipe & Machado, Vinícius da Silva. 2019. “Massacre de Eldorado dos Carajás” In Beira do Rio. Belém - Pará, Edição Especial - Memória e Conflito UFPA, Ano XXXIII, no. 2, Abril e Maio. Disponível em: https://issuu.com/beiradorio/docs/beira_especial_002.

CAMPO MARCADO PELA LUTA

Nosso trabalho de campo foi realizado entre os dias 9 e 14 de abril de 2018, na Curva do “S”, localizada na rodovia PA-155, no município de Eldorado dos Carajás, Estado do Pará. Ocorreu durante o 13º. Acampamento Pedagógico da Juventude Sem-Terra (APJ), associado ao Movimento dos trabalhadores e trabalhadoras Sem-Terra do Brasil (MST).

A ideia é apresentar o ponto de vista dos camponeses sobre o Massacre de Eldorado dos Carajás considerando a memória tinta de sangue.

Memórias são lembranças de um tempo que se torna perpétuo no imaginário de quem as possui. São imagens, som, cheiros, sensações e sabores que acompanham quem as experimentou ou de quem vive o momento rememorado a cada ano. Em alguns casos as memórias estão organizadas, outras vezes, encontram-se espalhadas entre os diversos espaços da reflexão feita pelos camponeses. Há memórias alegres que rememoram a luta, outras trazem notas de dor e sofrimento referentes a episódios trágicos, elas podem, também, dizer respeito a um fato singular ou plural. Muitas são classificadas como memórias oficiais (impostas), outras são empurradas ladeira abaixo na esperança de serem esquecidas. Podem pertencer a pessoas individualmente ou serem de domínio coletivo. As memórias podem reconstruir contextos, histórias, hábitos, justiça e, em geral, contém ressignificações. Assim sendo, as memórias são estruturais para a instituição do amanhã, ainda encoberto pelas cortinas do presente.⁶

Quando as memórias são coletivas, residem em “nós”, libertas dos limites do “eu”, ditas ganham tons vibrantes e nítidos. Na abertura, o senhor

⁶ Há inúmeros autores que discutem memória, com a escuta das narrativas das/os protagonistas, consideram-se as colocações de: LE GOFF, Jaques. 2003. *História & Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, pela pluralidade de considerações sobre o ato de memorizar e as implicações do mesmo, compreendendo o lembrar/recordar, o selecionar/escolher, e o esquecer/apagar. Classificações que encontram ressonância na tradição camponesa, vivenciada pelas/os que narram o Massacre, especialmente, as indicações/observações sobre o “nós” correspondente da memória coletiva. Pode-se dizer que há uma teoria nativa, extremamente elaborada, sobre memória que se equipara as discussões acadêmicas.

Laurindo, nos diz que a luta entre o “nós” e o “eu” representa uma realidade simples, na qual o “nós” representa a força maior, a luta, a coletividade, e o “eu” se torna uma palavra dura:

Então, isso significa, que o NÓS é uma palavra mais suave do que o EU. Essa palavra EU, dependendo do caso, em questão é uma palavra muito dura. O NÓS é mais social tem mais força, ou seja, se um só vai a alguma distância, 10 metros por exemplo, aí nós temos capacidade de ir 100. Seu vou 10, se for nós, nós vamos 100, 200 é infinita a realidade do conjunto em um nível de coletividade. (Laurindo 2018. Grifos nossos)⁷

A partir do senhor Laurindo compreende-se a necessidade e a urgência da construção do “nós”, do coletivo. Pensar a memória do Massacre de Eldorado dos Carajás de uma perspectiva coletiva, torna possível compreender a dor de organizar a luta de uma coletividade de sonhadoras/es, de pessoas que reivindicavam terra para produzir e viver dignamente, pessoas que antes de alcançaram o objetivo da Marcha foram duramente massacradas pelo Estado.

As memórias, por vezes, acabam passando despercebidas para aquelas/es que não as cultivam. Não queremos dizer com isso que a história do Massacre de Eldorado dos Carajás não tenha sido gravada e marcada nas páginas e nas imagens dos noticiários oferecidos ao povo brasileiro. Ela existe e está registrada.⁸ Aqui se tenta apresentar a perspectiva da memória dos protagonistas. Ou melhor, das memórias de quem sobreviveu às atrocidades de 1996 e continuou empunhando a bandeira de luta. A bandeira da esperança, da crença em um mundo melhor, da fé em tempos de alvíssaras.

⁷ Entrevista concedida, em 12 de abril de 2018, a Vinicius da Silva Machado, na Curva do S, durante a realização do 13º. Acampamento Pedagógico da Juventude Sem-Terra (APJ), em Eldorado dos Carajás, Pará.

⁸ Sobre o assunto, consultar o trabalho de: Brelaz, Walmir Moura. 2006. Os sobreviventes do Massacre de Eldorado dos Carajás – um caso de violação do princípio da dignidade da pessoa humana. Belém: s/e. Advogado das/os sobreviventes do Massacre.

QUEM SÃO AS/OS SOBREVIVENTES DE ELDORADO?

O que significa ser uma/um sobrevivente do massacre de Eldorado dos Carajás? Saber se as/os sobreviventes foram indenizadas/os pelo Estado? Será que a indenização “foi suficiente”? Será que é possível indenizar vidas? Será que o Estado – as autoridades – aprenderam alguma coisa com o Massacre?

Maria Oliveira de Araújo⁹ ensina: “eu não gosto de contar uma história se não contar o que vem antes” (2018). O processo se inicia em novembro de 1995, em outro município, 30 km distante de Eldorado dos Carajás, denominado Curionópolis, também localizado no Pará, quando o MST armou acampamento, como estratégia de luta. E, Maria prossegue ensinando:

... a gente estava aqui no dia que aconteceu. Que iniciou a caminhada. Aliás, esse acampamento começou dia 5 de novembro de 1995. Ficamos quatro meses perto de Curionópolis. Saímos de lá dia 1º de março saímos para Formosa que é outra fazenda do Hamilton Ribeiro,¹⁰ no município de Curionópolis, de lá a gente seguiu (2018).

No dia 9 de abril de 1996, as lideranças do MST resolvem levantar acampamento e marchar rumo a Belém, “... para reunir com o governador do Estado” afirmou Ulisses Manaças.¹¹ Marchavam a Belém para reivindicar a

9 Militante no MST, lavradora, vítima do Massacre de Eldorado dos Carajás. Entrevista concedida, em 12 de abril de 2018, a Vinícius da Silva Machado, na Curva do S, durante a realização do 13º. Acampamento Pedagógico da Juventude Sem-Terra (APJ), em Eldorado dos Carajás, Pará.

10 José Hamilton Ribeiro, latifundiário no sudeste do Pará, preso recentemente como mandante de milícias na região.

11 Militante do MST, coordenação nacional da organização, acadêmico do Curso de Letras da Universidade Federal do Pará (UFPA), camponês, pessoa pública do movimento. Falecido no dia 14 de agosto de 2018, em Belém, depois de dois anos de luta contra o câncer. Ficou eternizado como comandante cabano, ajudou a impulsionar a luta pela reforma agrária no Pará. Nem um minuto de silêncio, mas toda uma vida de luta são as palavras de ordem do MST em honra aos seus mortos. Entrevista concedida, em 12 de abril de 2018, a Vinícius da Silva Machado, na Curva do S, durante a realização do 13º. Acampamento Pedagógico da Juventude Sem Terra (APJ), em Eldorado dos Carajás, Pará.

A DINÂMICA DE CONFLITOS E MOBILIZAÇÕES SOCIAIS

reforma agrária perante as autoridades, denunciar o latifúndio, e cobrar os direitos camponeses, usando da estratégia de caminhar, pois assim chamavam atenção para a situação no Sudeste do Pará.

Dia 9 de abril de 1996, o assentamento Palmares [via participantes e li deranças] elaborou e pensou em uma Marcha em sentido Marabá-Belém. O nosso acampamento era o acampamento mais novo. Com muita gente. No acampamento estava com uma base de 2000 pessoas entre grandes e pequenos [adultos, jovens e crianças]. Então, dia 9 de abril saímos em Marcha por Curionópolis e seguimos na Marcha. (Maria Oliveira de Araújo 2018)

Chegaram à Curva do “S” no dia 15 de abril de 1996, e lá se instalaram e organizando os barracos à beira da estrada. No mesmo dia ocuparam a pista e fecharam a rodovia. O grupo estava cansado e precisava de suporte para continuar a luta. Queriam apoio da Prefeitura de Eldorado dos Carajás para continuar rumo a Belém. Enviaram uma comissão para dialogar com o governo municipal e conseguir remédios, alimentos e transporte para conduzir a militância até a capital do estado. A reunião ocorreu no dia 16 de abril de 1996. A coordenação do movimento deu um prazo para as autoridades responderem as reivindicações até às 11 horas do dia 17 de abril de 1996:

... eles chegaram com a resposta. Eles foram pontuais, chegaram 11 horas mesmo, mas para dizer que não. Não conseguiram. Nada que nós estávamos reivindicando para a gente. Mas foi conseguido os transportes, dez desse lado e dez desse outro aqui [disse apontando para a pista, sentido Marabá e o sentido Eldorado] para as polícias. Para as polícias vim matar nós. O governo articulou isso. Para nós não consegui, nós estávamos nessa necessidade, não consegui, mas para a polícia consegue. (Maria Oliveira de Araújo 2018)

A polícia recebeu a ordem, enviada pelo governo do Estado do Pará, e encurralou os militantes. Enviada pelos dois lados da rodovia, um grupo vindo sentido Marabá outro no sentido Parauapebas, municípios próximos a Eldo-

rado do Carajás. A ordem era desocupar a qualquer custo a PA 155 e o comando foi obedecido à risca. A sentença de morte foi cumprida, sangraram as/os camponesas/es. Abriam o bloqueio de estrada à bala. O Estado do Pará promoveu, mais uma chacina, contra o seu próprio povo.

De fato, foi um crime de responsabilidade única e exclusiva do Estado. Você tem uma ordem, uma autorização, do governador do Estado para desobstruir a qualquer custo a rodovia. Você tem a ordem dos comandantes oficiais da polícia para desobstruir a estrada, você teve a operação da polícia apertando o gatilho e encurralando as pessoas. Uma tropa de Marabá e uma tropa de Parauapebas ensanduichando as famílias gerando o caos e o clima de guerra absoluta. Um despreparo uma incompetência absoluta em lidar com a multidão. A responsabilidade real é do Estado e nós sempre, junto com os movimentos sociais, culpabilizamos o Estado por essa chacina. (Ulisses Manaças 2018)

A Curva do “S”, na rodovia PA-155, foi palco de um extermínio em massa. O sofrimento ainda reside no coração das pessoas que foram afetadas, direta ou indiretamente, por esse horror. A dor desse dia ficou marcada na identidade das pessoas que são parentes dos massacrados e das/os sobreviventes ao massacre, participantes do movimento, do município, do nosso estado. Marcada na história como um dos maiores derramamentos de sangue pós constituição de 1988. Memórias que integram o dia-a-dia de quem esteve presente, estes são os sobreviventes. É importante observar que os descendentes das/os sobreviventes, narram a história como se tivessem presenciado, afinal a pedagogia do sofrimento, alimenta a luta pela reforma agrária.

MEMÓRIA DO MASSACRE

As memórias do Massacre vêm à tona em imagens fortes, sempre carregadas de emoção, como se estivesse ocorrendo durante a narrativa das/os protagonistas. A maioria das/os interlocutoras/es que nos concederam aces -

so às suas lembranças apresentam-se carregadas/os, marcadas/os pela dor e pelo sofrimento. Apresentam medo, temor, pânico, frustração e indignação, misturada ao sofrimento que, ainda hoje, as/os consome. Um conjunto de sinais que, de alguma maneira, agrupam as memórias do ocorrido em uma moldura de horror e não cessam de incomodar as/os sobreviventes.

A senhora Rita,¹² nos revela o medo que sentiu quando viu a tropa da polícia se aproximando. Narra a sua aflição em pensar que a polícia poderia mata-la e, também, a filha. Mora na Curva do “S”, não estava na Marcha, e ainda permanece emaranhada pelo horror. Em suas lembranças o tiroteio início por volta das 16h30. Tentou alertar as/aos vizinhas/os do perigo eminente. O seu abrigo foi a sua casa de madeira e de lá alertava a todas/os: “... eu vou fechar a porta por que eu estou pedindo para vocês correrem e ninguém quer correr. Daqui a pouco a polícia vai chegar e ela vai atirar” (Rita, 2018).

Alguns militantes entraram, na casa da senhora Rita, a seu contragosto, e se abrigaram com ela e a filha. “Demorou pouco para começar, depois que eu vim para dentro de casa” (Rita, 2018). As/os militantes procuram um refúgio, um lugar para proteger a vida.

Eles arrodaram a casa, abriram a porta do fundo e entrou cinco, três mulheres e dois homens. Eles começaram a fazer murmuro dentro de casa e eu disse que era para todo mundo ficar quieto e eles não ficaram então eu mandei sair para fora. Eu queria ficar só, eu mais a menina dentro de casa. Estava muito nervosa. Aí eles saíram. Saíram para fora. Aí a polícia trouxe as mulheres para cá e os homens correram para o mato. Esses aí eu sei que não morreram por que eu já os vi depois. Daí não morreram. Também não vi os mortos, seu que morreu muita gente. Não vi os mortos, eu vi muito miolo, muito sangue, não vi os corpos. Sei que morreu. Que eu também estava ouvindo aquela suada deles morrendo gritando até a voz abaixar.

12 Moradora da Curva do “S” desde antes o Massacre de Eldorado dos Carajás, mesmo não integrando o MST, viveu o horror do dia 17 de abril de 1996. E o fato de continuar morando do mesmo lugar, todos os anos revive o evento. Entrevista concedida, em 11 de abril de 2018, a Vinícius da Silva Machado, na Curva do S, durante a realização do 13°. Acampamento Pedagógico da Juventude Sem Terra (APJ), em Eldorado dos Carajás, Pará.

Aqueles lá eu sei que morreram, eu vi o miolo não vi as pessoas. Eu vi muito miolo e sangue, mas não vi nem um morto. (Rita 2018)

Esses mortos foram assassinados a sangue frio, por um esquadrão de fuzilamento, como narra o senhor Laurindo (2018). Um sobrevivente que foi refém durante o massacre. Que viu e viveu os horrores desse triste momento. Presenciou o que o Estado por intermédios de seus agentes é capaz de cometer para garantir os seus interesses. A ação policial não foi apresentada de forma fidedigna à sociedade, segundo senhor Laurindo: “... se eu pudesse o mundo tinha conhecimento de toda a realidade da história, mas na verdade ninguém sabe tudo que se deu aqui” (2018). A verdade que está guardada na lembrança de quem tem essa dor como cicatriz na alma:

... eu tenho essa dor, ninguém nunca vai saber do que realmente aconteceu por que eles já monopolizaram por aí. Por exemplo, quem morreu não vai contar, concorda comigo? E quem escapou, mas foi refém, como eu. Deita aí com a cara no chão! Todo mundo aí! Isso para não ver os tristes resultados. A gente só ouvia: “Ei capitão ainda tem um vivo aqui.” “Como que tá ele?” “Acaba de matar ou não? Tá! Entendeu? Isso aí é um horror”. (Laurindo 2018)

Um horror que lesionou a dignidade não só das pessoas que estavam presente no dia, mas de toda a nossa sociedade. Inclusive, a dignidade da imprensa, segundo seu Laurindo, pois “... ela não trabalha para si, ela trabalha para a sociedade. Até a imprensa foi pisoteada nesse caso ...” (2018). A repórter que estava presente no momento teve o seu direito ao exercício profissional cerceado, “... derrubaram ela, tomaram o direito dela de realizar o seu trabalho ...” (Laurindo, 2018). Ele – o senhor Laurindo – se refugiou junto com as mulheres e crianças do movimento dentro de uma capela, “... era Marisa Romão, ela era a repórter da TV Liberal daqui de Marabá, ela que estava acompanhando a gente. Ela pedia, até pelo amor de Deus, para eles não entrar que só tinha mulher e criança”. (Maria Oliveira de Araújo 2018)

O pouco que foi registrado, segundo o senhor Laurindo, foi deturpado, alterado para favorecer a versão dos fatos narrada pelo Estado. “Mandaram depois, picoteado, como dizem os camponeses, picoteado é uma coisa ilegal, cortou remendou, certo. Então, só aí já ofendeu o próprio direito da imprensa” (2018). Alteração que causa mais sofrimento aos sobreviventes, pois além da dura violência presenciada no dia 17 de abril de 1996, as suas narrativas sobre o ocorrido foram desprezadas, “... se a imprensa estava lá, tem que aparecer o trabalho que a imprensa fez. Ele apareceu pela metade. Picoteado. Eu tenho essa dor ...” (Laurindo 2018). O Estado apresenta uma versão na qual os camponeses sem-terra atacam o “esquadrão de fuzilamento” (Laurindo, 2018), e as/os camponeses não tiveram outra escolha a não ser revidar. Versão que tenta enquadrar a ação estatal como legítima, um ato de autodefesa. Farsa contraditada por quem viu e viveu o horror.

Não é que a polícia chegou e os sem-terra avançaram, como mostra a imagem. Eles divulgam aquela imagem dos sem-terra avançando. Mas, não amostram que a polícia chegou matando. Por isso eu sinto essa dor, por nosso país em pleno século XX, como era final do século XX, eu quero dizer assim a pessoa gritar por seus direitos repudiar as ações de não ser atendido aí ser correspondido com um pelotão de fuzilamento. É triste dizer, mas é bom saber que essa não é a lei do país. É apenas uma má administração de quem está na frente e não tem a competência em está na frente e não tem a competência de como era para gente chamar de competência ela não corresponde a essa palavra. (Laurindo 2018).

Senhora Maria Oliveira de Araújo (2018) conta que quando a pista foi ocupada o sol estava brilhando intensamente, sem nuvens, céu azul. Os camponeses estavam divididos em dois grupos, estavam em grupos cruzados. Um grupo ocupando a estrada no sentido Eldorado-Marabá e outro no sentido Eldorado-Parauapebas. Maria estava no sentido Eldorado-Marabá. “Tinha uma carreta no meio da pista, feito uma trincheira ali, ali. Ficava mais ou menos perto daquele poste, não tinha esse poste na época. Ficava naquele sentido ali do meu barraco” (Maria Oliveira de Araújo, 2018). Quando começou o tiroteio foi rápido, diz a senhora Maria.

Quando a polícia chegou lá de Marabá, eles já chegaram atirando mesmo. Na cabeça, rombo de cabeça assim, caco de cabeça pelo meio da pista, os miolos no meio da pista. O pessoal que estava no sentido Marabá foram os primeiros que começaram a morrer. A gente viu. Ai quando eu lembrei do que o meu menino tinha falado, que nós íamos morrer. Meu filho já não tem pai agora vai ficar sem mãe? Ai, eu sai da pista correndo para o barraco. Bala, zum, para cima e para baixo e grito e grito e grito de mulher de criança de homem de tudo (Maria Oliveira de Araújo, 2018).

Eles atiravam. Fogo cruzado. Dona Maria Oliveira de Araújo levanta uma questão importante, discute os números oficiais de mortos e feridos durante o massacre. “Uma pergunta que não quer calar. Bala como fogo cruzado no meio de 2000 pessoas aparece só 19 mortos e me parece, se não me falha a memória, 69 mutilados. Aparecer só isso?” (Maria Oliveira de Araújo, 2018). Na verdade, ao questionar nossa interlocutora procede uma denúncia, revela os fatos ocultados na cena e no processo que buscam minimizar a ação do Estado. Colocando em evidência o recurso estratégico utilizado pelo governo do estado para reduzir os efeitos políticos e sociais. “Apareceu muito que o governo, a polícia, depois que apurou a quantidade mortos, tentou ocultar os corpos para minimizar a situação, os dados estatísticos de mortos. Porque outra preocupação não era, era só para limpar um pouco a cara do governo” (Maria Oliveira de Araújo, 2018)¹³

A estratégia tentou minimizar a verdade, as/os camponesas/es consideram-na uma vergonha. “Eles só não diminuíram [os 19 chacinados] para 10 porque passou lá no IML [Instituto Médico Legal] e deu entrada. Assim não pode diminuir. Se não, a Justiça, eu acredito, toda a sua cara de pau, com licença da palavra, ela tinha como fazer isso” (Laurindo, 2018). Houve movimento que conseguiu retirar o governador do inquérito policial, “... foi retirado da responsabilidade do processo e nunca foi a julgamento. O governador

13 Militante do MST. Pedagoga. Na época do Massacre de Eldorado dos Carajás não era militante do MST. Era discente da UFPA, campus Marabá, integrava o diretório acadêmico. Entrevista concedida, em 14 de abril de 2018, a Vinícius da Silva Machado, na Curva do S, durante a realização do 13º. Acampamento Pedagógico da Juventude Sem Terra (APJ), em Eldorado dos Carajás, Pará.

do PSDB, Almir Gabriel ...” (Ulisses Manaças 2018) entretanto não conseguiu apagar o fato das memórias dos que não tiveram a chance de enterrar seus entes queridos. No acampamento estavam presentes mulheres e crianças, em grande número, entretanto só morreram homens. Fato que intriga dona Maria Oliveira de Araújo: “... viram uma caminhonete lotada sentindo de Xinguara. A gente tem dúvida. Será se foram as mulheres com as crianças que dispersaram e foram desovar muito longe para ninguém ver ?” (2018) A dúvida, a dor, não foi sanada, pois não esclarecida. Filhos sem resposta, sem saber o que de fato aconteceu com suas mães, com suas irmãs e irmãos e vice-versa.

Foi assim que aconteceu. Nós perdemos os nossos 19 companheiros. Toda uma vida. O sonho de ter um pedaço de terra, para dar uma vida melhor para os filhos, se acabou ali. Naquele momento. Os 19 se acabando. Os filhos ficaram só com as mães, muitos deles sem mãe. Assim, se eu não tivesse corrido aqui, meu filho não ia saber, também, onde é que eu estava. (Maria Oliveira de Araújo 2018)

RESSONÂNCIA OLVIDADA

“Triste resultado” como diz o senhor Laurindo. (2018) A História que rapidamente de espalhou pelo mundo. Maria Raimunda nos diz que “... no dia do massacre, quando a notícia chega em Marabá, assim, a comunicação não era como hoje. Não era tão rápida a notícia, a gente ficou sabendo de algumas coisas, mas nada muito certo, ainda na noite do dia 17 ...” (2018). Os infomes, as notícias foram chegando aos poucos, junto com os corpos que eram encaminhados para o IML, em Marabá.

Em Belém, as primeiras informações começaram a chegar às 17h. Ulisses Manaças¹⁴ relata que estava na sede do Partido dos Trabalhadores (PT), ... quando começaram as primeiras ligações telefônicas dando conta do Massacre que tinha acontecido aqui [na Curva do S]. As primeiras informações era que tinha cerca de 50 mortos. As informações eram muito difíceis naquela época, tinha que ser por telefone, não tinha mídias sociais, nada imediato, automático. Tudo por telefone.

O pessoal não tinha contabilizado absolutamente nada. Ficamos na construção, pegando as informações. Elas só chegaram de forma mais precisa no final da noite. Foi uma notícia impactante, imediatamente houve movimentações na capital. As pessoas se deslocavam, organizações, partidos políticos, deputados. Deputados definiram caravanas para vir para cá de avião. Foi uma comoção generalizada (Ulisses Manaças, 2018).

No plano nacional, a notícia chegou pela parte da noite. Gerou uma repercussão nacional e internacional imediata. “Dessa forma, se notabilizando no mundo inteiro, gerando um clima generalizado de insatisfação e ao mesmo tempo colocou para o mundo as fragilidades das políticas públicas do governo em relação à reforma agrária” (Ulisses Manaças, 2018).

João Pedro Stédile¹⁵ conta que a notícia chegou nos demais acampamento da organização pela parte da noite do dia 17 de abril de 1996. “Estava numa ocupação no estado do Paraná, junto com o companheiro Sebastião Salgado. Quando alguém de Brasília me avisou por telefone, e foi uma tristeza enorme. E uma sensação de impotência, diante de tamanha injustiça (2018).

14 “Em 1996 eu fazia parte de um grupo que ajudava o MST na capital. Não estava na militância, mas estava dando suporte para o conjunto de ações que o MST realizava na capital. Nessa época, o MST não tinha base territorial próxima a Belém. Não estava construído na região norte e nordeste do estado. Ele só tinha construção na região sudeste do Pará. Só em 1998, com a construção do Assentamento João Batista, que o MST se desloca para aquela região”. (Ulisses Manaças 2018)

15 Militante, camponês, pertence à direção nacional do MST e coordena a Frente Brasil Popular. Entrevista concedida, em 14 de abril de 2018, a Vinícius da Silva Machado, na Curva do “S”, no Assentamento Frei Henri, por ocasião do sepultamento do Frei Henri, em Parauapebas-PA.

As mobilizações de solidariedade aconteceram em todos os níveis. Nacionalmente foi organizada uma comitiva para dar suporte jurídico-político ao movimento. Um avião foi fretado para levar o auxílio.

... me ofereceram uma vaga, porém preferi que no meu lugar fosse o Sebastião Salgado, e assim ele poderia registrar aquele horror, para ficar para a posteridade. E graças a Deus e a sua arte, as fotos depois percorreram o mundo, denunciando aquele massacre, absurdo, desnecessário, irresponsável, criminoso, provocador ... só comparado às grandes injustiças praticadas por governantes na humanidade. Um verdadeiro genocídio, de um povo desarmado, que apenas queria trabalhar na terra (João Pedro Stédile, 2018).

Do dia 18 de abril de 1996, em Marabá, foi realizado um ato político. Maria Raimunda rememora o momento dizendo: “saímos em marcha pela cidade de Marabá. Da universidade até o IML, onde estavam os corpos. Foi extremamente assustador e chocante” (2018). Ver os corpos no chão do IML de Marabá.

“Assustava. Eu te falo, tinha 19 corpos jogados no chão, em cima de pedra [alguns], mas a maioria estava no chão. Você pode até imaginar, mas quando você chega é muito chocante a imagem. Foi um choque de realidade em relação a perversidade dos poderosos” (Maria Raimunda, 2018).

Era preciso denunciar o que estava acontecendo. Registrar se fazia urgente. Salvar a memória do ocorrido.

Denunciar, como a gente ia fazer isso? Era preciso gritar para o mundo, olha a gente não pode ir com esses boatos que iam esconder corpos, a gente se fez como uma muralha lá no IML. Tomamos de conta. Primeiro fizemos um ato na porta. Depois entramos no pátio do IML. O lugar onde ficavam os mortos. A gente entrou e fotografava, as fotos não eram fáceis como é hoje, também, não tinha celular na época. Mesmo a câmera fotográfica era algumas pessoas só que tinham nas organizações, não eram popularizadas assim (Maria Raimunda, 2018).

As imagens produzem terror e pânico até hoje. No local da antiga Capela na Curva do S, onde se refugiaram as camponesas, abriga agora, a Casa da Memória, espaço que reuni as lembranças físicas do dia do Massacre, se constituindo em refúgio dos sobreviventes que exercitam a lembrança a cada ano, chamando o nome dos 19 mortos: Altamiro Ricardo da Silva, Amâncio dos Santos Silva, Abílio Alves Rabelo, Antônio Costa Dias, Antônio Alves da Cruz, Antônio(irmão), Graciano Olímpio de Souza, Joaquim Pereira Veras, José Alves da Silva, José Ribamar Alves de Souza, Lourival da Costa Santana, Leonardo Batista de Almeida, Manoel Gomes de Souza, Raimundo Lopes Pereira, Robson Vitor Sobrinho, Oziel Alves Pereira, Valdemir Ferreira da Silva, João Rodrigues Araújo e João Carneiro da Silva. E as/os sobreviventes respondem: presente, após a menção do nome do companheiro, o evento se desenvolve como se enfrentassem, novamente, as tropas que promoveram o Massacre do 17 de abril de 1996.

AS VIDAS IMPORTANTES E O LUTO ETERNO

As narrativas informam e asseveram três questões cruciais, não resolvidas para as/os camponesas/es. Primeiro, todas as vidas são importantes; segundo, todas as pessoas mortas mereciam enterro digno; e terceiro, os sobreviventes requerem respeito pela dor e pelo sofrimento em face da perda de parentes e companheiras/os. O pranto é eterno.

Como as vidas são importantes, as/os camponesas/es ficaram em choque ao verem os corpos “jogados no chão” no IML de Marabá.¹⁶ Ou, como narram algumas/ns das/os sobreviventes para não morrer, esconderam-se na mata próxima ou fingiram-se mortos entre os corpos empilhados no caminhão que levaria os mortos a Marabá. Aliás, algumas pessoas, que sofreram atentados

¹⁶ É interessante observar que a teoria nativa sobre a sociedade é complexa, especialmente quando constroem a identidade, renovando-a a cada ritual quando requerem dignidade. E parecem concordar com a proposição que interroga: “quando a vida é passível de luto?” como problematiza Butler, Judith. (2015). Quadros de Guerra, quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

na Amazônia, usam a estratégia de fingir-se de morto para evitar perder a vida, sobretudo quando são crimes encomendados. Em geral, as pessoas ainda aquecem chutes e ponta pés dos assassinos, sem gemer.

Muitos foram os laudos exarados sobre o Massacre, exatamente, pelo fato de que o Estado se recusava reconhecer a responsabilidade e a indenizar os familiares dos mortos e os sobreviventes. Um dos vereditos importantes, perante ao legista Nelson Massini que à época informou que pelo menos dez vítimas foram executadas à queima-roupa e sete lavradores foram mortos com foices e facões. O relatos dos massacrados narram de maneira arguta “... quem morreu não vai contar ...” E olhando firme ao interlocutor diz: “concorda comigo?” E continua, “... quem escapou, mas foi refém, como eu ...” Ouviu os berros: “... deita aí com a cara no chão! Todo mundo aí!”¹⁷

Paulo Celso Pinheiro Sette Câmara, secretário de segurança pública pertencente ao secretariado do governador Almir Gabriel (PSDB) informou, sem o menor pudor, que os policiais deveriam usar de força, se necessário fosse, inclusive, atirar. A tropa do 4º. Batalhão da Polícia Militar de Marabá, comandada pelo coronel Mário Colares Pantoja, chegou atirando e lançando gás lacrimogêneo, conforme o depoimento da senhora Rita. Os comandados do coronel Pantoja após as primeiras atrocidades, caídos por terra, ainda vivos, escutavam “... ei capitão ainda tem um vivo aqui”. E o capitão respondia: “como que tá ele? Acaba de matar ou não? E depois: Tá! Entendeu? O senhor Laurindo (2018) reitera “isso é um horror”.

As/os camponesas/es que ainda pranteiam seus mortos e que os homenageiam todos os anos, em 2018 tiveram o desprazer de ouvir o discurso de Sette Câmara, em campanha para “Bolsonaro foi à Curva do “S”, ... trecho da BR-155, cenário da carnificina, onde discursou em defesa da libertação dos PMs condenados a 228 anos de prisão” (Jornal Diário do Centro do Mundo

17 Para acompanhar passo a passo a movimentação na Curva do “S”, consultar: Lacerda, Paula Mendes & Beltrão, Jane Felipe. 2014. “O calvário dos injustiçados: práticas da administração pública brasileira em casos de violência extrema e desigualdade” In Lacerda, Paula Mendes (org.). Mobilização social na Amazônia – a luta por justiça e por educação. Rio de Janeiro: E-papers, pp. 233-266. Disponível em: <http://laced.etc.br/site/arquivos/Mobilizacao.pdf>.

12.05.2020). E, não satisfeito com a fustigação, afirmou: “... quem tinha que estar preso era o pessoal do MST, gente canalha e vagabunda. Os policiais reagiram para não morrer”, discursou em frente a troncos de castanheiras queimados que marcam o lugar” (Jornal Diário do Centro do Mundo: 12.05.2020). Mais uma violação foi imposta as/os camponeses sem-terra, pois à frente ao monumento aos mortos, justamente, uma das pessoas que conseguiu ficar fora do processo, como sublinha seu Laurindo (2018) “... eu tenho essa dor, ninguém nunca vai saber do que realmente aconteceu por que eles já monopolizaram [controlam a versão hegemônica] por aí.”

Este ano, em 2020, não houve o programado 15º. Acampamento Pedagógico da Juventude Sem-Terra (APJ), associado ao Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem-Terra do Brasil (MST), por conta da pandemia de COVID-19, estão em casa, mas jamais em silêncio. Afinal, os rituais são importantes e as homenagens as/os massacradas/os, ano após ano, renova o corpo comunitário/coletivo fisicamente e, de alguma forma, a cada novo pranto “restaura” a dignidade humana das/os sobreviventes.

REFERÊNCIAS

BELTRÃO, Jane Felipe; MACHADO, Vinícius da Silva. 2019. “Massacre de Eldorado dos Carajás” *In Beira do Rio*. Belém - Pará, Edição Especial - Memória e Conflito UFPA, Ano XXXIII, n.º. 2, Abril e Maio. Disponível em: https://issuu.com/beiradorio/docs/beira_especial_002.

BUTLER, Judith. 2015. *Quadros de Guerra, quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

BRELAZ, Walmir Moura. 2006. *Os sobreviventes do Massacre de Eldorado dos Carajás - um caso de violação do princípio da dignidade da pessoa humana*. Belém: s/e.

LACERDA, Paula Mendes; BELTRÃO, Jane Felipe. 2014. “O calvário dos injustiçados: práticas da administração pública brasileira em casos de violência extrema e de desigualdade” *In*: Lacerda, Paula Mendes (org.). *Mobilização social na Amazônia - a luta por justiça e por educação*. Rio de Janeiro: E-papers, pp. 233-266. Disponível em: <http://laced.etc.br/site/arquivos/Mobilizacao.pdf>.

A DINÂMICA DE CONFLITOS E MOBILIZAÇÕES SOCIAIS

LE GOFF, Jaques. 2003. *História & Memória*. Campinas: Editora da Unicamp.

NOGUEIRA, Kiko. 2020. “Morre de covid-19 Paulo Sette Câmara, que deu a ordem para o Massacre de Eldorado dos Carajás”. *Jornal Diário do Centro do Mundo* 12.05.2020. Disponível em: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/morre--de-covid-19-paulo-sette-camara-que-deu-a-ordem-para-o-massacre-de-eldorado-dos-carajas/>. Acesso em 13.05.2020.